

MINAS E OS OBJETIVOS DO MILÊNIO: EVOLUÇÃO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS NA DÉCADA DE 90 ¹

Ário Maro de Andrade²
Márcio Antônio Salvato³

Resumo: No presente artigo analisa-se a evolução dos indicadores educacionais na década de 90, conforme especificado nos objetivos do Milênio que foram traçados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD). Especificamente, trabalha-se com objetivo 2 do PNUD - atingir o ensino básico universal - que tem como meta garantir, até 2015, que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico. Como resultado das políticas educacionais implementadas na década de 90, os indicadores mostram um aumento sensível da taxa de matrícula, aumento da média de anos de estudos, redução do analfabetismo, melhoria no IDH-Educação, redução das desigualdades regionais e raciais.

1. INTRODUÇÃO

O sucesso em atingir os objetivos propostos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD) depende muito da questão educacional, uma vez que existe um grande vale entre os indicadores educacionais dos países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento. Neste sentido, o objetivo 2 do PNUD intitula-se “Atingir o ensino básico universal”, propondo como meta a garantia de que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico.

Para analisar as informações referentes à evolução da Política Educacional e seus impactos sociais na década de 90, do século passado, utilizaremos a base de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2003), que contempla informações por unidades da federação e por municípios, de variáveis selecionadas dos censos de 1991 e 2000. Em especial, cotejá-los às informações contidas no tópico intitulado “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, onde estão disponíveis indicadores concretos que servem para definir um quadro temporal preciso, que irão constituir um quadro de referência para a fiscalização do processo de execução dos referidos objetivos.

Os principais resultados contidos neste relatório sobre a evolução da Educação no Brasil são: *i)* aumento da taxa de matrícula líquida e bruta do país, das regiões e das unidades da federação; *ii)* redução do nível de analfabetismo do país, das regiões e das unidades da

¹ Este trabalho é uma versão modificada de um dos relatórios produzidos pelo Departamento de Economia da PUC Minas, no âmbito do Projeto BRA/02/M01, resultante do convênio firmado entre o IDHS/PUC Minas e o PNUD, que tem por finalidade a instalação de uma rede de instituições acadêmicas estruturadas com o objetivo de monitorar a evolução das Metas do Milênio.

² Doutorando em Economia/UNICAMP e Professor Assistente do Departamento de Economia da PUC Minas.

³ Doutor em Economia/EPGE-FGV e Professor Adjunto do Departamento de Economia da PUC Minas.

federação; *iii*) aumento da média de anos de estudo; *iv*) melhoria do IDH-Educação; *v*) redução do nível de desigualdade educacional ao nível de regiões/UF's.

2. QUADRO EDUCACIONAL NA DÉCADA DE 90

Partindo dos principais resultados referentes à evolução da Educação no Brasil é relevante realizar uma associação desses às políticas educacionais implementadas ao longo da década de 90. Esta estratégia permite avaliar, preliminarmente, qual o grau de aderência das políticas implementadas aos resultados obtidos no período.

Romanelli (2002), em um de seus trabalhos de maior referência, chama atenção para uma importante questão quando se procura relacionar educação e desenvolvimento. Segundo o autor, é muito comum nas análises sobre o papel da educação e seus impactos sobre o processo de desenvolvimento de uma nação estabelecer esse conceito apenas no seu exclusivo aspecto econômico. Como resultado dessa postura, esse movimento acaba por explicitar um estreitamento do poder analítico que poderia ser introduzido na análise da referida relação.

Neste sentido, deve-se ter como referência a idéia de que ao constatar o aumento da demanda escolar, em qualquer quadro situacional, este deveria equivaler também a uma noção de crescimento mais ampla, qual seja, aumento das necessidades sociais do desenvolvimento, no tocante à educação; ver Romanelli (2002; pp:27).

Nesta direção, os últimos relatórios analíticos do PNUD incorporam esta questão, principalmente quando se procura associar, preliminarmente, os resultados obtidos no plano educacional ao longo da década de 90, com as políticas educacionais implementadas ao longo desse período. Basicamente, trata-se de perguntar: até que ponto pode-se atribuir a essas políticas um sentido de causalidade em relação aos resultados obtidos; ou, quais são as necessidades de reorientação dessas políticas públicas, para que se atinjam os resultados pretendidos em 2015?

Nos trabalhos de Barros e Mendonça (1998), Castro (1998), Castro *et alli* (2000), Castro (2000) e Castro e Menezes (2003) estão presentes as discussões sobre o desenvolvimento da política educacional, em especial aquela voltada para o ensino fundamental, ao longo de toda a década de 90. A visão desses autores está focalizada na importância e dinâmica de implementação das políticas públicas voltadas para a consolidação de uma nova postura dos governos federais em relação à questão educacional ao longo da década de 90.

Beltrão *et alli* (2002) sinaliza para a importância das profundas diferenças regionais ainda existentes na estrutura social e econômica brasileira no processo de implementação de uma política educacional para o ensino fundamental. Este resultado corrobora as análises deste artigo, onde pode-se constatar uma melhora geral dos indicadores educacionais mas, contudo, ainda permanecem relevantes disparidades regionais no país.

Barros e Mendonça (1998) e Barros *et alli* (2001), a partir de um recorte mais desagregado das informações, procuram evidenciar o impacto de inovações institucionais introduzidas no sistema educacional nacional e os principais determinantes do desempenho educacional no Brasil. Em relação ao primeiro trabalho, os autores procuram avaliar a introdução de três mecanismos de gestão escolar, a saber: transferência direta de recursos para as escolas, eleição de diretor e eleição de colegiado. Uma constatação importante do trabalho, bem explícito no tratamento quantitativo dos dados desagregados, é o reconhecimento da existência de algum grau de influência, mesmo que intuitivo, das variáveis de transferência direta de recursos e eleição de colegiado no desempenho educacional. Quanto ao segundo trabalho, outra importante constatação está relacionada à existência e ou permanência de um nível baixo de investimento em capital humano no país. Esse processo torna-se mais doloroso dado que quanto mais pobre é a família brasileira menos são os investimentos em capital humano e, portanto, sendo as pessoas menos escolarizadas maior serão as probabilidades de manterem-se como pobres no futuro. Assim, cristaliza-se nesse processo uma transmissão intergeracional da pobreza em função dos diferenciais de investimento em capital humano, caracterizando baixa mobilidade social.

Ao longo da década de 90, as políticas de desenvolvimento social dos governos federais tiveram como foco uma mudança estrutural nas formas de gestão dos serviços sociais básicos. Na área de educação básica pode-se destacar os avanços obtidos na reestruturação dos mecanismos de gestão, principalmente naqueles relacionados à ampliação do processo de universalização da cobertura, no aperfeiçoamento e participação social nos processos de decisão e controle das políticas implementadas.

As palavras-chave na transformação estrutural das políticas educacionais brasileiras são **descentralização e equalização na distribuição dos recursos**. Essa dinâmica foi reforçada ao longo de toda a década de 90 e, em especial, consolidou-se institucionalmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada pelo Congresso Nacional em 1996⁴.

⁴ A Lei de Diretrizes e Bases para educação, promulgada em 1966, incorporou em seu texto um conceito de educação básica, que procurou se alicerçar sobre três níveis de ensino definidos, a saber: infantil, fundamental e

As primeiras análises, como podem ser corroboradas pelos dados levantados nesse relatório, apontam o ensino fundamental como o mais beneficiado no período. Segundo Castro *et alli* (2000, pp:02), os “... *novos parâmetros de atuação do MEC nesse nível de ensino aceleram o processo, iniciado nos anos anteriores, de revisão do padrão centralizador que historicamente moldou a atuação federal*”. Em linhas gerais, dentre os principais mecanismos e ou estratégias implementados e que propiciaram uma dinâmica descentralizadora, cabe ser destacado: a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que permitiu à União assumir a responsabilidade de implementar uma política de financiamento, de corte redistributivo, para esse segmento.⁵

É importante, também, incorporar a atuação dos governos federais no plano da avaliação da qualidade da oferta de ensino. Aqui os governos atuaram via Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), como também via elaboração e introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para as oito séries do ensino fundamental.

Ainda na linha redistributiva, a União também assumiu o compromisso de prestar assistência financeira e técnica suplementar a estados e municípios com menor capacidade de gasto. Essa postura do governo federal garantiu, em parte, um resultado positivo em termos regionais e mesmo local quando se avalia o impacto dos recursos transferidos pelo FUNDEF para esses níveis hierárquicos.

A criação da FUNDEF teve uma grande importância nesse processo de reformulação da política educação. Representou uma mini-reforma tributária, ao introduzir nos critérios de partilha e de transferência de parte dos recursos de impostos uma variável educacional – o número de alunos –, equalizando o valor a ser aplicado por aluno, no âmbito da unidade da Federação. Essa variável tem impacto na redução das disparidades na qualidade do ensino,

médio. Adicionalmente, também procurou estabelecer a determinação tanto da obrigatoriedade do ensino fundamental, quanto da progressiva universalização do nível médio.

⁵ Os principais mecanismos que sinalizam uma postura de descentralização na gestão da política educacional são: descentralização dos programas geridos pelo MEC, em especial o Programa Nacional de Alimentação do Escolar (PNAE); processo de transferência direta de recursos para as unidades escolares, fundos e órgãos municipais e estaduais; redefinição dos critérios alocativos de recursos culminando com a criação do PMDE-Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; melhoria da qualidade dos insumos aportados ao sistema educacional (como exemplo pode ser citado o trabalho realizado sobre os livros didáticos oferecidos ao aluno); introdução do critério da focalização na região Nordeste - Projeto Nordeste de Educação Básica - e nos municípios selecionados pelo Programa Comunidade Solidária (PCS), como parâmetro para a transferência de recursos federais - Programa Nacional do Transporte Escolar (PNTE), Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE) e Programa Nacional do Material Escolar (PNME); criação de programas que induzissem a absorção de novas tecnologias que propiciassem a melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem -Programa TV-Escola, Programa de Apoio Tecnológico à Escola (PAT) e Programa Nacional de Informática na Educação (FNDE); reestruturação organizacional do sistema educacional nacional com a extinção da Fundação de Apoio

nas condições físicas das escolas e nos salários dos professores, pelo simples fato de a dependência administrativa do sistema escolar dos municípios ter à disposição o mesmo valor por aluno/ano. Castro (1998) confirma a importância quantitativa do FUNDEF no financiamento do ensino fundamental, bem como a introdução de inovações na repartição dos recursos melhorou o desempenho escolar. Contudo, a despeito de todo o esforço de se introduzir mudanças substanciais na lógica da política educacional nacional ao longo da década de 90, ainda permanecem fortes desequilíbrios regionais, principalmente quando se avalia a distribuição dos recursos entre as unidades federativas.

Uma questão ainda pendente é sobre eficiência da política educacional implementada. Nos últimos anos, a despeito do grande esforço em aumentar as vagas no ensino fundamental e médio, a qualidade nesses níveis de ensino não tem atingido patamares desejáveis e necessários a formação de um bom nível de capital humano no país.

O Relatório do IPEA (2002) e o texto do INEP (2003), que trabalham com dados provenientes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, apontam com bastante ênfase um quadro de baixa efetividade do ensino e da aprendizagem em disciplinas básicas, processo que revela um descompasso entre as propostas curriculares e o desempenho real dos alunos. Este fenômeno é mais acentuado entre as séries finais dos ensinos fundamental e médio no país.⁶

Basicamente, a origem desse baixo desempenho está relacionada a fatores, tais como: 1) heterogeneidade dos sistemas de ensino, em termos de infra-estrutura disponível, fator que tem forte impacto sobre as desigualdades regionais; 2) distorção idade-série; 3) nível de escolaridade dos professores e 4) condições socioeconômicas dos alunos.

Finalizando, o desafio contemporâneo da escola brasileira é conciliar uma política de aumento da qualidade do ensino ofertado, reconstruindo a sua eficácia de tal modo que seja capaz de reduzir os efeitos negativos que pesam sobre o desempenho do sistema quando se depara com um país com profundas desigualdades sociais ainda por serem sanadas.

3. INDICADORES EDUCACIONAIS

ao Estudante (FAE) e a redefinição da atuação do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE).

⁶ Quando se analisa o desempenho na disciplina Língua Portuguesa, Inep (2003)-Base de Dados de 2001, apenas 10% dos estudantes atingiram um nível satisfatório na escala de desempenho proposta nessa pesquisa. Em relação à disciplina Matemática, o desempenho é ainda mais crítico, pois apenas 3% dos estudantes desenvolveram competências e habilidades adequadas a uma boa escolarização em nível fundamental.

Passemos agora à análise dos principais indicadores educacionais referenciados nos objetivos do Milênio – Objetivo 2/Atingir o ensino básico universal . Esses indicadores foram selecionados a partir de uma concepção que abarcasse a idéia de simplicidade e clareza de informações. Ou seja, que os indicadores fossem limitados em número, estáveis ao longo do tempo e apreensíveis por um público amplo. Sendo assim, a leitura desses números poderia promover o surgimento de novas alianças em prol do desenvolvimento de políticas públicas consistentes e factíveis de serem implementadas.

3.1. TAXA DE MATRÍCULA

A Taxa de matrícula por nível de educação pode ser avaliada por dois indicadores: Taxa Líquida de Escolarização (TLE) e Taxa Bruta de Escolarização (TBE). A TLE representa a proporção entre o número de estudantes matriculados num dado nível de educação que tem a idade escolar oficial para este nível⁷ e o montante da população com a idade oficial para o mesmo. Por sua vez, a TBE representa o número de matrícula num dado nível de educação, independente da idade, em percentagem da população correspondente ao grupo de idades para esse nível podendo, portanto, ser até maior que 100%.

A TLE e a TBE, como referenciado acima, representam um índice de **eficiência escolar**, na medida em que variáveis tais como evasão, repetência e analfabetismo de crianças têm um impacto negativo sobre as mesmas. Se o aumento da TLE se dá pela redução da repetência, então o efeito sobre a TBE deve ser no sentido contrário. Quando o movimento é de redução da evasão e do analfabetismo infantil temos um aumento imediato na TBE, podendo ter também impacto na TLE se ocorre na idade oficial para cada nível.

⁷ A idade oficial é a coincidência entre a idade cronológica de acordo com a correspondente série escolar que deveria estar cursando. Para o ensino fundamental temos: 7 a 14 anos correspondendo a 1ª a 8ª série; para o ensino médio: 15 a 17 anos correspondendo a 1º a 3º ano do segundo grau.

Tabela 1

Taxas Bruta e Líquida de Escolarização no Ensino Fundamental em 1991 e 2000
Brasil, Regiões e Unidades da Federação

Unidade da Federação / Região	ENSINO FUNDAMENTAL (1ª a 8ª série)											
	Taxa Líquida de Escolarização (a)						Taxa Bruta de Escolarização (b)					
	1991			2000			1991			2000		
	Branco	Negro	Total	Branco	Negro	Total	Branco	Negro	Total	Branco	Negro	Total
BRASIL	84.5	70.4	77.3	92.8	88.7	90.7	105.6	95.1	99.9	121.5	129.3	124.6
Distrito Federal	93.4	89.5	91.1	94.4	92.4	93.3	117.0	120.7	118.9	122.7	135.3	129.3
Goiás	85.7	78.0	81.4	92.3	90.3	91.2	114.1	106.9	110.1	125.4	131.2	128.3
Mato Grosso	80.9	75.2	77.0	90.9	88.4	89.2	103.0	99.6	100.5	122.9	126.6	124.8
Mato Grosso do Sul	85.6	78.2	81.4	95.3	92.6	93.6	108.8	103.1	105.1	122.5	126.8	123.7
Centro Oeste	86.1	79.2	82.0	93.0	90.5	91.5	111.4	106.8	108.5	123.9	130.2	126.9
Alagoas	70.2	55.7	59.2	87.1	83.3	84.4	96.5	77.8	82.4	132.7	129.7	130.5
Bahia	69.8	60.1	61.7	88.6	86.1	86.5	96.0	86.4	87.9	135.7	140.0	138.9
Ceará	73.5	63.2	65.9	91.8	89.9	90.5	100.0	86.9	90.3	131.8	134.3	133.3
Maranhão	68.7	59.5	61.0	87.6	85.3	85.7	95.4	82.8	84.9	130.3	128.3	128.6
Paraíba	85.4	76.7	63.1	93.7	91.2	89.1	103.5	96.4	88.9	114.3	117.7	133.0
Pernambuco	77.8	69.8	72.1	89.4	86.8	87.7	104.9	96.6	99.0	126.9	129.3	128.3
Piauí	69.8	66.7	67.3	89.4	87.3	87.8	98.8	93.8	94.8	131.8	132.6	132.4
Rio Grande do Norte	81.8	74.5	76.8	93.6	91.7	92.4	109.7	101.5	104.1	132.8	136.0	134.7
Sergipe	76.7	68.6	70.5	89.9	88.5	88.8	106.3	96.7	98.9	131.7	135.5	134.2
Nordeste	74.6	64.1	65.3	90.0	87.2	87.8	100.7	89.3	91.2	130.0	133.3	133.3
Acre	73.2	60.4	62.6	79.2	80.6	79.5	100.9	82.9	86.0	113.1	118.6	116.2
Amapá	83.6	76.3	77.4	92.3	90.0	90.4	107.8	99.5	100.8	131.2	131.3	131.1
Amazonas	73.9	63.7	64.1	84.4	78.7	78.3	106.8	93.4	93.9	123.4	118.1	117.2
Pará	70.5	59.4	70.0	90.5	88.3	84.8	97.8	84.5	97.4	132.7	133.4	125.1
Rondônia	77.8	73.7	75.1	88.9	86.8	87.5	99.1	94.8	96.3	118.7	119.8	119.3
Roraima	87.5	78.8	75.9	92.1	92.5	90.0	123.2	111.5	107.3	122.9	129.6	124.2
Tocantins	77.1	67.2	69.1	89.8	87.8	88.0	110.4	98.7	100.9	130.7	133.5	132.2
Norte	73.9	63.2	69.2	88.6	85.8	84.0	101.6	89.5	96.7	127.4	128.1	123.2
Espírito Santo	86.1	81.4	83.4	93.5	91.7	92.5	103.6	102.4	102.9	114.9	122.6	119.2
Minas Gerais	84.4	77.9	80.9	92.6	90.8	91.6	101.8	96.3	98.9	115.9	122.0	118.9
Rio de Janeiro	88.7	81.0	84.6	92.5	89.2	90.8	110.3	106.1	107.9	120.5	127.6	123.9
São Paulo	90.1	84.7	88.4	95.4	93.5	94.8	109.4	108.8	108.9	116.2	125.3	118.8
Sudeste	88.5	81.2	85.4	94.3	91.5	93.1	107.7	103.3	105.7	116.7	124.6	119.8
Paraná	76.8	68.7	83.3	87.4	84.5	93.1	106.8	95.7	101.8	127.5	124.9	115.0
Rio Grande do Sul	89.0	81.4	87.8	96.9	94.8	96.5	104.0	98.8	103.2	119.0	127.4	120.2
Santa Catarina	86.8	75.2	85.4	95.5	92.8	95.0	99.2	87.2	97.8	119.8	124.2	120.1
Sul	84.0	73.6	85.5	93.1	89.0	94.8	104.0	95.5	101.5	122.2	125.7	118.2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

(a) N° de estudantes matriculados num nível de educação, que tem a idade escolar oficial para esse nível, em percentagem da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (b) N° de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em percentagem da população correspondente ao grupo de idades para esse nível. Obs.: a taxa de escolarização bruta pode ser maior do que 100%, devido à repetência e à matrícula de alunos com idade inferior ou superior à idade oficial para o nível de ensino.

Na Tabela 1 apresentamos a Taxa Líquida de Escolarização (TLE) e a Taxa Bruta de Escolarização (TBE) do Ensino Fundamental (1ª a 8ª série) nos anos de 1991 e 2000, de brancos e negros por Estados e Regiões do Brasil. Analisando primeiramente numa perspectiva temporal a TLE, observamos que ocorreu um aumento desta taxa tanto para indivíduos brancos quanto negros entre 1991 e 2000, seja considerando as Regiões ou Unidades da Federação (UF).

Cabe ressaltar que o aumento no caso dos indivíduos negros foi superior ao dos brancos. Apesar deste maior avanço, se considerarmos as regiões, a TLE dos indivíduos brancos é sempre superior a dos negros. Ao utilizarmos como referência as UF's, este resultado se inverte apenas em 2000 no Acre e Roraima, com maior TLE para os indivíduos negros.

Avaliando a desigualdade regional temos que a região Nordeste apresentava pior TLE em 1991. Entretanto, foi a que apresentou maior crescimento no índice, reduzindo muito sua distância para as demais regiões, chegando inclusive a ultrapassar a região Norte. Considerando a média brasileira, melhoramos em mais de 13%, atingindo mais de 90% das crianças na idade de 7 a 14 anos matriculadas com idade oficial para a sua série. Este resultado sinaliza o esforço do governo em promover políticas adequadas à redução da evasão e repetência no ensino fundamental. Em síntese, pode-se observar que ocorreram melhoras sensíveis na TLE e que estas se deram tanto na redução da disparidade regional, quanto na desigualdade das categorias de raça durante o período de 1991 a 2000.

Considerando a TBE, observamos que houve um aumento nesta taxa entre 1991 e 2000, ao nível de Regiões e Estados, como também para indivíduos brancos, negros e total da população para o referido período. Em 1991, todas as Regiões apresentam TBE de indivíduos brancos superiores a de negros; quanto aos estados, apenas no Distrito Federal este resultado não se verifica.

Interessante resultado ocorrido entre 1991 e 2000 é o crescimento da TBE dos indivíduos negros numa razão consideravelmente superior a dos brancos, de modo que todas as Regiões passaram a apresentar TBE maior para negros. Este resultado se repete ao nível de Estados, com exceção do Paraná e aponta o esforço do governo em apresentar programas de compensação de renda, tipo bolsa-escola, que propiciam o retorno à escola de um grande contingente de crianças que se viam obrigadas a buscar fontes de renda complementares ao orçamento familiar via trabalho infantil.

A despeito de todo o esforço feito pelo governo na década de 90, pode-se depreender da observação dos dados da Tabela 1 que ainda permanece um nível de desigualdade entre as regiões sul e sudeste e o resto do país, o que evidencia um amplo espaço para atuação governamental no sentido reduzir as desigualdades educacionais.

A Tabela 2 abaixo apresenta um formato de análise semelhante à Tabela 1, porém relacionada ao Ensino Médio (1º a 3º ano do segundo grau). De 1991 para 2000, a TLE no Ensino Médio de indivíduos brancos, negros e, por conseguinte de toda população aumentou consideravelmente, passando de 16,6% para 35,9%.

Em relação à TBE do Ensino Médio, esta apresentou um desempenho muito parecido com a TLE. A TBE também apresentou elevação tanto para indivíduos negros quanto para brancos, entre 1991 e 2000. Para os brancos, em geral, a TBE quase dobrou ao nível de Regiões e UF's. Para os negros, esta taxa, em geral, mais que dobrou. Apesar do melhor desempenho dos negros ainda há uma diferença relevante entre as categorias de raças em

2000. No Brasil como um todo, em 2000, a TBE dos negros no Ensino Médio é apenas 2/3 daquela experimentada por brancos.

Tabela 2

Taxas Bruta e Líquida de Escolarização no Ensino Médio em 1991 e 2000
Brasil, Regiões e Unidades da Federação

Unidade da Federação / Região	ENSINO MÉDIO (1º ao 3º ano)											
	Taxa Líquida de Escolarização (a)						Taxa Bruta de Escolarização (b)					
	1991			2000			1991			2000		
	Branco	Negro	Total	Branco	Negro	Total	Branco	Negro	Total	Branco	Negro	Total
BRASIL	24.7	8.8	16.6	46.2	23.5	35.9	49.5	25.1	36.7	89.4	62.9	77.4
Distrito Federal	40.1	19.7	28.5	57.4	38.0	47.1	75.5	51.8	62.0	123.3	108.0	115.2
Goiás	21.2	10.2	15.1	42.6	26.0	34.0	43.2	26.4	34.0	93.2	71.0	81.6
Mato Grosso	17.1	10.1	12.7	42.6	27.1	33.4	38.7	28.0	31.8	86.3	69.5	75.9
Mato Grosso do Sul	21.2	10.4	16.0	44.4	26.0	35.7	43.4	24.6	33.9	76.7	55.5	66.2
Centro Oeste	23.6	11.8	16.9	45.3	28.3	36.3	47.6	30.7	38.1	93.6	74.9	83.4
Alagoas	14.6	5.9	8.1	22.1	10.2	14.0	37.0	18.4	23.1	59.5	36.8	44.1
Bahia	14.9	6.4	7.9	27.2	15.9	18.5	35.7	21.3	24.0	68.5	54.4	57.7
Ceará	15.2	6.8	9.1	31.3	18.6	23.1	35.4	19.5	23.8	75.3	54.2	61.7
Maranhão	13.3	7.0	8.2	23.7	15.7	17.7	33.1	20.5	23.0	59.4	44.5	48.1
Paraíba	23.3	8.5	8.6	54.8	36.2	17.9	41.2	19.3	24.5	101.8	78.4	49.7
Pernambuco	19.2	8.9	12.0	31.4	18.3	23.3	43.0	26.0	31.1	73.7	54.5	61.9
Piauí	10.5	4.9	6.0	23.6	12.8	15.4	33.3	20.0	22.6	63.1	44.2	48.7
Rio Grande do Norte	18.1	8.7	11.8	33.8	20.1	25.7	49.7	29.8	36.3	77.4	57.2	65.4
Sergipe	13.5	7.3	8.8	26.1	14.0	17.6	37.6	23.8	27.1	68.8	52.2	57.1
Nordeste	16.5	7.0	9.0	30.9	17.4	19.7	38.5	21.8	25.7	72.6	52.8	56.2
Acre	15.2	6.7	8.6	30.1	19.0	21.9	42.4	23.9	27.9	87.1	64.8	70.2
Amapá	18.9	11.9	13.3	40.1	25.8	29.2	47.4	34.6	36.9	104.7	88.4	92.2
Amazonas	17.9	7.4	8.9	31.5	17.2	20.1	49.4	25.3	28.4	77.7	55.2	59.0
Pará	13.4	6.2	9.1	24.9	13.2	17.3	34.9	19.2	29.0	61.5	41.7	57.0
Rondônia	10.7	6.8	8.2	29.4	19.1	23.3	26.4	19.3	21.8	65.8	53.6	58.7
Roraima	14.2	12.3	11.7	44.2	32.3	33.3	52.9	35.1	34.8	107.7	96.4	93.6
Tocantins	11.9	5.7	7.1	33.3	19.2	23.2	32.9	18.7	21.8	86.5	67.4	72.7
Norte	13.7	6.8	8.9	28.9	16.3	20.1	36.3	21.4	27.7	71.4	52.0	61.8
Espírito Santo	27.9	13.6	19.9	53.0	32.8	42.0	49.0	30.1	38.4	94.4	76.2	84.6
Minas Gerais	21.1	8.5	14.4	49.2	31.4	40.3	42.3	22.5	31.8	93.8	73.4	83.6
Rio de Janeiro	34.6	15.0	24.9	51.2	30.2	41.0	64.8	37.0	50.9	99.3	77.3	88.6
São Paulo	31.4	13.1	26.6	61.7	41.4	55.6	60.6	33.8	53.2	105.4	87.3	99.9
Sudeste	29.6	11.9	22.6	56.9	35.0	48.2	56.9	30.3	46.3	101.5	79.8	92.8
Paraná	14.9	7.6	19.8	24.6	14.9	50.6	41.4	26.0	35.8	68.8	53.4	96.4
Rio Grande do Sul	26.9	9.6	24.3	51.1	25.5	47.4	48.2	25.0	44.7	88.6	60.4	84.5
Santa Catarina	25.7	9.2	23.7	50.5	24.2	47.5	42.6	19.4	39.8	88.1	54.4	84.3
Sul	22.3	8.4	22.4	41.3	19.6	48.7	44.4	24.9	40.0	81.4	55.9	89.0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

(a) Nº de estudantes matriculados num nível de educação, que tem a idade escolar oficial para esse nível, em percentagem da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (b) Nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em percentagem da população correspondente ao grupo de idades para esse nível. Obs.: a taxa de escolarização bruta pode ser maior do que 100%, devido à repetência e à matrícula de alunos com idade inferior ou superior à idade oficial para o nível de ensino.

Dada uma defasagem histórica existente entre negros e brancos no Brasil, o resultado importante que a análise das Tabelas 1 e 2 sugere é a melhoria da situação dos negros em relação aos brancos com respeito a TBE do Ensino Fundamental. No entanto, com respeito ao Ensino Médio há ainda um potencial muito alto de melhoria para os negros.

3.2. PERCENTUAL DE CRIANÇAS NA ESCOLA

A Tabela 3 apresenta o percentual de crianças por faixa etária que estão na escola. Observa-se que este percentual aumenta, entre 1991 e 2000, em todas as Regiões e Estados tanto para brancos quanto negros. Em 1991, esta taxa foi sempre superior para brancos, em

relação a negros, em todos os Estados e Regiões. Entre 1991 e 2000, o crescimento do percentual de crianças na escola foi consideravelmente superior para os negros. De fato, no Brasil como um todo, a diferença entre estes percentuais para brancos e negros cai de 13,1, em 1991, para 3,1, em 2000. A diferença entre brancos e negros praticamente desaparece em várias unidades da federação, com destaque para o estado do Acre, onde o percentual de crianças na escola para negros torna-se superior ao de brancos em 2000. Percebe-se ainda que o diferencial entre regiões do percentual de crianças na escola na faixa etária de 7 a 14 anos reduziu-se consideravelmente na década de 90, praticamente desaparecendo em 2000.

Este resultado está em conformidade com aqueles obtidos para a taxa de escolarização (Tabelas 1 e 2). Se o crescimento do número de negros na escola entre 7 e 14 anos de idade foi superior ao de brancos, entre 1991 e 2000, era esperado que: i) a TBE no Ensino Fundamental de negros aumente consideravelmente em 2000, em relação a brancos, e ii) a TLE no Ensino Fundamental dos brancos ainda seja superior a de negros em 2000. Conforme pôde ser constatado, a observação dos dados corroboraram as hipóteses levantadas.

Tabela 3

Percentual de Crianças de 7 a 14 anos na Escola em 1991 e 2000
Brasil, Regiões e Unidades da Federação

Unidade da Federação / Região	Percentual de crianças de 7 a 14 anos na Escola (a)					
	1991			2000		
	Brancos	Negros	Total	Brancos	Negros	Total
BRASIL	86.5	73.4	79.4	96.2	93.1	94.5
Distrito Federal	94.8	90.6	92.3	98.4	97.1	97.6
Goiás	87.6	80.3	83.6	97.0	95.2	96.0
Mato Grosso	81.5	75.9	77.7	95.2	92.9	93.6
Mato Grosso do Sul	85.9	78.5	81.7	96.7	94.4	95.2
Centro Oeste	87.3	80.6	83.3	96.8	94.8	95.6
Alagoas	71.8	57.4	61.0	91.7	87.9	89.0
Bahia	74.7	65.6	67.1	94.7	92.8	93.1
Ceará	78.0	69.0	71.3	95.4	93.9	94.4
Maranhão	71.8	62.8	64.3	93.0	91.3	91.6
Paraíba	75.0	64.6	68.0	95.1	93.1	93.9
Pernambuco	79.7	71.6	74.0	93.6	91.2	92.1
Piauí	71.9	68.9	69.5	94.6	93.4	93.7
Rio Grande do Norte	83.5	75.9	78.3	95.9	94.1	94.8
Sergipe	79.4	71.5	73.3	94.4	93.0	93.3
Nordeste	76.4	66.9	69.1	94.3	92.4	92.9
Acre	74.0	61.0	63.3	83.2	85.1	83.9
Amapá	84.6	77.3	78.5	94.8	93.1	93.4
Amazonas	76.0	65.1	65.6	88.7	83.5	83.2
Pará	78.9	71.1	72.3	91.9	89.9	90.1
Rondônia	78.6	74.5	75.9	91.9	90.1	90.7
Roraima	88.6	80.0	77.0	96.9	95.9	94.3
Tocantins	79.5	69.9	71.8	94.8	93.0	93.2
Norte	78.6	69.8	71.1	91.4	88.8	88.9
Espírito Santo	86.5	82.1	84.0	95.3	93.8	94.4
Minas Gerais	86.3	79.7	82.8	96.7	95.2	95.9
Rio de Janeiro	91.4	84.8	87.8	97.1	95.3	96.1
São Paulo	90.8	85.4	89.1	97.3	95.8	96.8
Sudeste	89.8	83.0	86.9	97.1	95.3	96.3
Paraná	85.6	76.9	83.6	96.2	93.9	95.6
Rio Grande do Sul	89.2	81.7	88.0	97.6	95.8	97.3
Santa Catarina	87.2	75.6	85.9	97.1	94.9	96.7
Sul	87.5	78.3	85.8	97.0	94.7	96.5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

(a) Percentual de crianças nesta faixa etária que estão frequentando a escola independente do grau e série

Considerando os dados da PNAD/IBGE para os anos de 1992, 1995 e 1999, percebe-se também que ocorreu um aumento da escolarização na faixa etária de 15 a 17 anos. 59,7% dos jovens na idade de 15 a 17 anos estavam na escola em 1992, passando para 66,6% em 1995 e 77,8% em 1999. No entanto, ainda há muito espaço para políticas que visem fixar esta faixa etária na escola, uma vez que muitos ainda optam por voltarem seus esforços para o mercado de trabalho, parando de estudar antes de completarem seus estudos. Isto pode ser comprovado se compararmos com a taxa de escolarização da faixa etária anterior (7 a 14 anos) que atingiu 95,7% em 1999.⁸

3.3. TAXA BRUTA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA

Uma questão importante, além do número de matrículas na escola, é a Taxa Bruta de Frequência à Escola (TBFE), reportada na Tabela 4. Esta taxa reflete a razão entre o número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população entre 7 e 22 anos de idade. A TBFE elevou-se entre 1991 e 2000, tanto para brancos como para negros, seja ao nível de Regiões ou UF's. A TBFE de indivíduos brancos foi sempre superior a de negros, apesar desta desigualdade ter se reduzido entre 1991 e 2000. Esta observação pode ser verificada pela razão da TBFE entre brancos e negros conforme apresentada no Gráfico 1.

Este resultado sugere que apesar do número de matrículas de negros ter aumentado mais do que proporcionalmente ao aumento do número de matrículas de brancos, existe ainda um espaço potencial para implementação de políticas educacionais. Ainda há uma grande proporção da população negra entre 7 e 22 anos fora da escola é muito superior a respectiva população branca.

Em termos de taxa de crescimento, a Tabela 4 indica um aumento médio na TBFE de 1991 a 2000 de 18,3 pontos percentuais absolutos. A região Nordeste foi a mais cresceu em termos absolutos, saindo da última posição para a penúltima, deixando a região Norte na última posição. Outro resultado que merece atenção é a alteração da primeira posição que era ocupada pela região Sudeste em 1991 que passou para a terceira posição, sendo superada pela região Sul – em 2º lugar – e região Centro-Oeste em 1º.

⁸ Fonte: Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) do IBGE.

Tabela 4

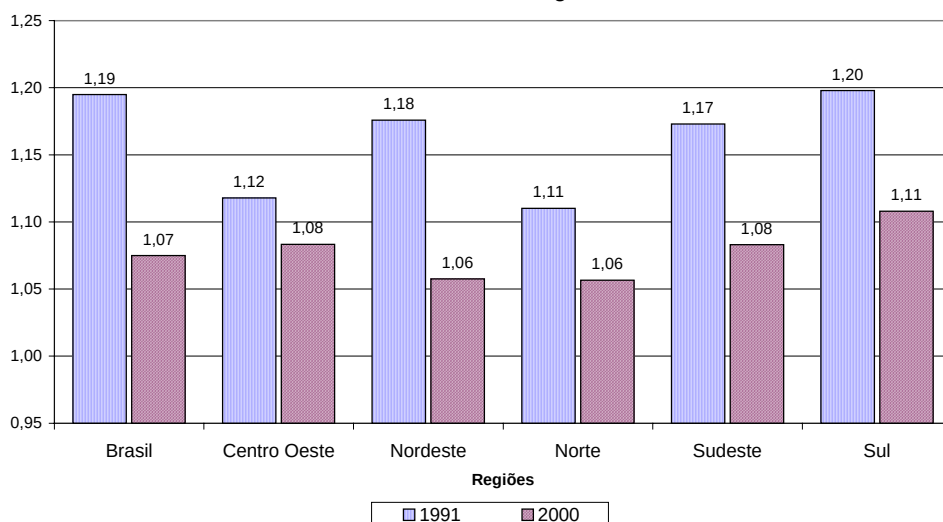
Taxa Bruta de Freqüência à Escola em 1991 e 2000
Brasil, Regiões e Unidades da Federação

Unidade da Federação / Regiões	Taxa Bruta de Freqüência à Escola					
	1991			2000		
	Brancos	Negros	Total	Brancos	Negros	Total
BRASIL	69,6	58,2	63,6	84,9	79,0	81,9
Distrito Federal	83,6	73,1	77,6	96,7	87,9	92,0
Goiás	70,6	62,8	66,3	87,1	80,4	83,6
Mato Grosso	63,3	60,6	61,4	86,1	80,5	82,7
Mato Grosso do Sul	70,4	61,6	65,6	85,3	78,0	81,5
Centro Oeste	71,4	63,8	67,0	88,2	81,4	84,5
Alagoas	61,4	47,6	51,1	82,3	75,7	77,8
Bahia	62,0	53,7	55,1	84,3	80,9	81,7
Ceará	63,6	53,1	55,9	88,2	83,0	84,8
Maranhão	60,6	53,3	54,6	80,3	77,7	78,2
Paraíba	64,0	52,1	56,1	84,0	78,0	80,4
Pernambuco	68,4	59,2	61,9	82,6	77,6	79,5
Piauí	61,6	58,1	58,8	84,0	78,8	80,0
Rio Grande do Norte	71,5	62,3	65,3	87,8	82,6	84,6
Sergipe	66,8	59,0	60,9	84,3	80,4	81,5
Nordeste	64,4	54,8	57,1	84,3	79,7	81,1
Acre	67,1	54,0	56,4	78,0	76,0	76,0
Amapá	70,4	64,2	65,3	89,9	88,0	88,4
Amazonas	69,1	59,3	59,8	82,3	74,4	75,0
Pará	67,6	60,4	61,7	80,9	77,2	77,9
Rondônia	59,5	57,0	57,9	78,5	73,9	75,7
Roraima	76,8	69,8	66,7	91,1	87,9	86,4
Tocantins	68,3	61,0	62,5	88,3	84,6	85,4
Norte	66,5	59,9	60,9	81,9	77,5	78,2
Espírito Santo	67,8	62,8	65,0	82,1	77,7	79,7
Minas Gerais	65,9	57,9	61,7	81,6	76,2	78,9
Rio de Janeiro	76,9	64,2	70,5	87,7	79,7	83,8
São Paulo	74,2	64,3	71,4	85,3	79,2	83,5
Sudeste	72,6	61,9	68,4	84,7	78,2	82,2
Paraná	65,7	54,7	63,1	84,7	76,5	82,9
Rio Grande do Sul	69,8	59,5	68,2	85,7	78,2	84,6
Santa Catarina	63,5	52,0	62,2	85,5	75,8	84,4
Sul	66,8	55,8	64,9	85,3	77,0	83,9

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Gráfico 1

Taxa Bruta de Freqüência à Escola
Razão Brancos/Negros



3.4. TAXA DE ALFABETIZAÇÃO

Na tabela 5 apresentamos a Taxa de Alfabetização de Adultos (TAA) em 1991 e 2000, por raça, Regiões 3 UF's. A TAA refere-se ao percentual de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples. Observamos que a TAA para o Brasil aumentou no período de 79,9% em 1991 para 86,4% em 2000. O Destaque de crescimento foi a região Nordeste que cresceu 11.4 pontos percentuais absolutos no período, mas mesmo assim continua na última posição no ano 2000. A região Sul, que já apresentava um índice de TAA elevado em 1991 (88,2%), mantém a primeira posição no ano 2000 com um índice superior a 92% de TAA, valores compatíveis com países desenvolvidos. É seguida bem de perto pela região Sudeste com 91,9%.

Observa-se que a TAA de indivíduos brancos e negros aumentou de 1991 a 2000 em todas as Regiões e UF's. De forma geral, a TAA de negros teve um aumento maior do que a TAA de brancos, neste período. Esta observação pode ser verificada pela redução da razão brancos/negros que ocorreu no período 1991-2000, conforme apresentado no Gráfico 2.

No Brasil, como um todo, a diferença entre a TAA de brancos e de negros passa de 19.9%, em 1991, para 10.9%, em 2000, um ganho considerável, haja vista que a TAA dos indivíduos brancos subiu 3.5% pontos percentuais absolutos entre 1991 e 2000. Isto resulta numa redução da razão brancos/negros de 1,24 para 1,14. Ou seja, a TAA de brancos era 24% maior que dos negros em 1991, reduzindo para 14% acima da TAA de negros em 2000. Este mesmo movimento foi observado para todas as regiões do país.⁹

O Gráfico 3 mostra a razão entre as regiões que apresentaram o maior e o menor índice TAA nos dois períodos analisados, seja para a população total ou desagregada por raça. Pode-se observar que a distância entre o maior e menor para a população total (maior=Sul / menor=Nordeste) partiu de uma razão de 1,41 em 1991 para 1,25 em 2000, mostrando que os extremos se aproximaram; ver Gráfico 3. Movimento semelhante ocorreu para os estratos da população brancos e negros tomados individualmente.

Estes resultados sinalizam que as desigualdades regionais e de raça reduziram sensivelmente na década de 90. No entanto, analisando os Gráficos 2 e 3 conclui-se que a despeito da redução das diferenças regionais e de raça, ainda persistem desigualdades que

⁹ Alguns analistas lembram que a base de comparação de raça dos Censos de 1991 e 2000 não é muito adequada visto que o percentual de declarantes negros aumentou consideravelmente em 2000, em comparação ao Censo anterior. Como a opção desse trabalho foi considerar a massa de dados gerada pela pesquisa do PNUD, principalmente aquelas compiladas no Atlas de Desenvolvimento Humano para o Brasil de 2003, desconsiderou-se - sem perda de conteúdo - o uso de possíveis correções em cima dos microdados do IBGE.

devem ser foco de atenção das políticas governamentais. Reduzir a evasão na escola primária nas regiões mais pobres ainda deve ser um objetivo a ser perseguido, de modo a viabilizar um aumento da taxa de alfabetização nas próximas gerações.

No entanto, a existência ainda de um nível de desigualdade na TAA é reflexo das políticas educacionais no Brasil durante as últimas décadas, que resultaram em uma população idosa com um índice de analfabetismo acentuado. Este fato pode ser comprovado quando se compara com os índices de analfabetismo para crianças e jovens na Tabela 6. Como pode ser observado, 13,6% da população acima de 15 anos não sabe ler e escrever em 2000 (TAA - Tabela 5), porém apenas 5,2% da população de indivíduos entre 15 e 24 anos não sabe ler e escrever, o que mostra que uma parcela considerável parcela da população adulta não se foi alfabetizada nas últimas décadas.

Tabela 5
Taxa de Alfabetização de Adultos (TAA) em 1991 e 2000
Brasil, Regiões e Unidades da Federação

Unidade da Federação / Regiões	Taxa de Alfabetização de Adultos (TAA)					
	1991			2000		
	Brancos	Negros	Total	Brancos	Negros	Total
BRASIL	87,7	70,8	79,9	91,2	80,3	86,4
Distrito Federal	94,0	87,8	90,8	96,0	92,6	94,3
Goiás	86,1	77,6	81,6	90,7	85,3	88,1
Mato Grosso	87,1	76,3	80,5	91,7	84,8	87,6
Mato Grosso do Sul	87,3	79,2	83,2	91,9	85,8	88,8
Centro Oeste	87,9	79,3	83,3	92,1	86,6	89,2
Alagoas	67,2	49,7	54,7	74,9	62,3	66,6
Bahia	73,6	62,3	64,7	81,5	75,2	76,9
Ceará	72,6	58,4	62,6	79,8	69,7	73,5
Maranhão	68,4	56,0	58,6	77,7	69,4	71,6
Paraíba	67,6	52,9	58,3	76,8	65,4	70,3
Pernambuco	73,9	61,5	65,7	80,6	71,9	75,5
Piauí	67,2	55,8	58,3	76,4	67,0	69,5
Rio Grande do Norte	72,7	58,7	63,7	80,5	70,2	74,6
Sergipe	72,9	60,7	64,0	80,5	72,2	74,8
Nordeste	71,6	58,9	62,4	79,5	71,0	73,8
Acre	76,1	62,4	65,2	79,8	74,6	75,5
Amapá	85,8	79,6	80,8	91,2	86,9	87,9
Amazonas	86,7	75,3	76,2	90,7	84,1	84,5
Pará	83,6	73,5	75,6	87,9	81,8	83,2
Rondônia	84,2	77,0	79,7	89,6	85,3	87,0
Roraima	90,8	80,6	79,4	91,7	86,9	86,5
Tocantins	78,9	65,4	68,6	87,3	78,8	81,2
Norte	83,7	73,3	75,4	88,5	82,3	83,7
Espírito Santo	86,5	77,7	82,0	91,1	85,5	88,3
Minas Gerais	87,1	75,9	81,8	91,5	83,9	88,0
Rio de Janeiro	93,0	86,8	90,3	95,1	91,1	93,4
São Paulo	91,5	84,5	89,8	94,5	90,1	93,4
Sudeste	90,8	81,9	87,7	93,9	88,2	91,9
Paraná	88,0	75,7	85,1	92,3	83,7	90,5
Rio Grande do Sul	91,3	79,8	89,9	94,3	86,9	93,3
Santa Catarina	91,5	77,4	90,1	94,5	86,1	93,7
Sul	90,2	77,2	88,2	93,7	85,1	92,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Nota: TAA = % de pessoas acima de 15 anos que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples

Gráfico 2

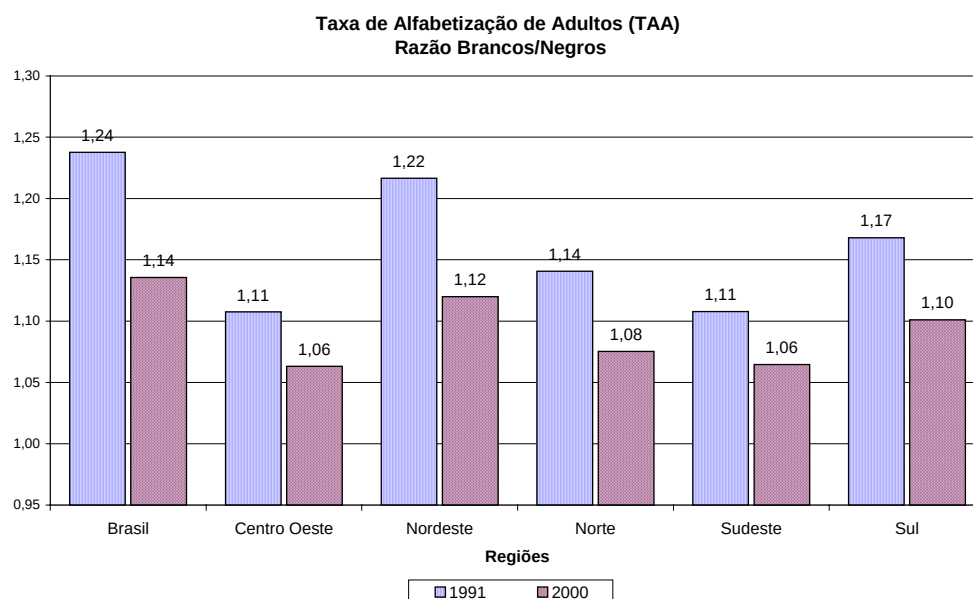
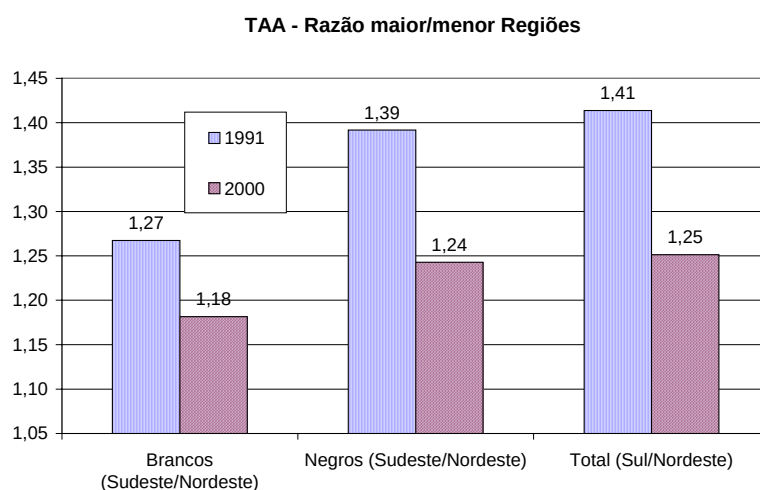


Gráfico 3



A Tabela 6 apresenta o percentual de analfabetismo para crianças (7 a 14 anos) e de jovens (15 a 24 anos) por raça, UF e região. Pode-se observar que ocorreu uma redução considerável para todas as regiões, propiciando ao índice de analfabetismo nas duas faixas etárias cair para a metade. Ainda assim, o analfabetismo de crianças entre 7 e 14 anos nas regiões Nordeste e Norte ultrapassa os 20% em 2002, enquanto as demais regiões apresentam índices em torno de 5%. Neste sentido, embora a desigualdade regional tenha diminuído na década de 90, ainda existe espaço para políticas que visem manter um processo de redução contínua do analfabetismo de crianças e jovens nestas regiões.

A diferença regional é tão sensível que apresenta-se no Sul do país índices comparáveis a médias do primeiro mundo com analfabetismo de 3.9% de crianças entre 7 e 14 anos e 1.6% de jovens entre 15 e 24 anos, enquanto que no Nordeste e Norte apresentam índices comparáveis à alguns países com baixo desenvolvimento.

Comparando os índices de analfabetismo por raça pode ser visto que a média brasileira reduziu-se pela metade ambas as categorias de análise, para as duas faixas etárias consideradas. Porém mantém-se a proporção percentual da população entre brancos e negros em termos de taxa de analfabetismo: 13,6/35,1 para 7,3/17,2. Isso evidencia que os esforços de redução de analfabetismo para crianças e jovens atingiu igualmente as duas raças, por outro lado, manteve-se a desigualdade histórica. Abre-se então espaço para discutir políticas que visem reduzir esta distância.

Tabela 6

Analfabetismo por Faixa Etária em 1991 e 2000
Brasil, Regiões e Unidades da Federação

Unidade da Federação / Regiões	Percentual de Analfabetismo para Crianças (7 a 14 anos) e Jovens (15 a 24 anos)											
	Crianças de 7 a 14 anos						Jovens de 15 a 24 anos (a)					
	1991			2000			1991			2000		
	Brancos	Negros	Total	Brancos	Negros	Total	Brancos	Negros	Total	Brancos	Negros	Total
BRASIL	13.6	35.1	25.1	7.3	17.2	12.3	5.6	17.0	11.4	2.8	7.6	5.2
Distrito Federal	8.6	14.8	12.0	4.1	6.9	5.6	2.6	5.0	4.0	1.1	1.9	1.5
Goiás	12.8	22.2	18.0	4.7	7.5	6.1	4.5	8.7	6.8	1.7	3.4	2.6
Mato Grosso	14.1	22.6	19.8	5.4	8.6	7.6	5.2	10.4	8.7	1.7	3.4	2.9
Mato Grosso do Sul	12.5	19.5	16.5	4.6	7.4	6.2	4.6	8.5	6.9	1.6	3.2	2.6
Centro Oeste	12.3	20.6	17.1	4.7	7.7	6.4	4.3	8.4	6.7	1.6	3.1	2.5
Alagoas	40.9	58.9	54.3	24.0	34.7	31.3	23.0	37.2	33.4	13.7	21.9	19.2
Bahia	33.4	45.9	43.7	15.0	20.8	19.5	16.7	24.8	23.3	6.4	9.6	8.8
Ceará	34.1	47.3	43.8	17.0	24.4	21.8	16.7	26.6	23.8	7.5	11.8	10.3
Maranhão	41.6	53.3	51.3	21.3	27.9	26.4	19.2	28.1	26.3	10.1	13.6	12.8
Paraíba	38.6	53.5	48.5	16.8	24.2	21.2	21.4	33.1	29.1	9.7	15.6	13.2
Pernambuco	31.8	44.7	40.9	17.7	24.7	22.1	15.8	24.6	21.8	8.4	12.6	11.0
Piauí	44.2	55.3	53.2	21.1	28.8	27.0	20.2	27.2	25.7	9.9	15.2	13.8
Rio Grande do Norte	31.6	44.6	40.3	16.3	23.4	20.6	16.1	25.4	22.2	7.2	12.1	10.0
Sergipe	33.5	47.3	44.1	16.9	24.4	22.2	16.6	26.1	23.7	8.5	13.1	11.7
Nordeste	35.4	48.8	45.7	17.8	24.7	22.6	17.8	26.9	24.6	8.5	12.6	11.3
Acre	32.8	47.9	45.2	22.0	24.7	24.7	17.4	29.0	26.8	12.4	13.0	13.3
Amapá	21.6	28.0	27.1	12.1	16.1	15.3	7.5	10.7	10.0	3.2	4.5	4.3
Amazonas	26.6	39.5	38.6	15.7	23.3	23.2	8.7	16.5	16.2	4.6	7.8	8.0
Pará	30.5	42.7	40.6	18.7	25.3	24.0	9.7	16.3	15.0	5.3	8.1	7.5
Rondônia	16.1	22.7	20.4	6.8	9.6	8.6	5.7	8.7	7.7	2.3	3.2	2.9
Roraima	16.1	25.7	27.7	7.2	10.2	10.9	4.1	9.6	12.6	2.0	3.0	3.7
Tocantins	29.7	43.2	40.4	12.3	17.6	16.4	9.2	16.8	15.2	3.5	6.0	5.4
Norte	26.5	39.8	37.5	15.3	22.2	21.0	8.9	15.9	14.7	4.7	7.4	7.0
Espírito Santo	10.2	18.6	14.9	5.0	9.0	7.2	4.0	8.4	6.4	1.7	3.3	2.6
Minas Gerais	12.7	23.9	18.6	4.7	8.5	6.6	4.3	9.7	7.1	1.8	3.8	2.8
Rio de Janeiro	8.6	16.9	12.7	4.7	8.7	6.7	3.1	5.9	4.4	1.4	2.7	2.0
São Paulo	6.7	11.7	8.1	4.3	7.2	5.2	2.5	5.4	3.4	1.1	2.3	1.5
Sudeste	8.4	17.8	12.1	4.5	8.1	5.9	3.1	7.2	4.7	1.3	2.9	2.0
Paraná	8.4	14.5	9.9	3.3	5.3	3.8	3.5	7.5	4.5	1.4	3.0	1.7
Rio Grande do Sul	7.7	14.8	8.8	3.8	7.5	4.3	2.6	6.6	3.2	1.3	3.1	1.5
Santa Catarina	7.4	17.0	8.5	3.1	6.5	3.5	2.8	8.8	3.4	1.2	3.3	1.4
Sul	7.9	15.0	9.2	3.4	6.2	3.9	3.0	7.4	3.8	1.3	3.1	1.6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

(a) = 1 - Taxa de Alfabetização de Jovens

A Tabela 7 e o Gráfico 4 apresentam a Taxa de Analfabetismo Funcional. Esse índice representa o percentual de pessoas com mais de 15 anos, que têm menos de 4 anos de estudo.

Embora não seja freqüentemente utilizado nos relatórios das Nações Unidas, esse índice representa melhor a efetiva definição do conceito de “*ler e escrever*”.¹⁰

Os resultados mostram que na década de 90 ocorreu uma redução da taxa de analfabetismo (funcional) no Brasil, seja no âmbito regional quanto por raças. Destaque é a região Nordeste que apresentava um índice de 55,6% de analfabetos no seu conceito funcional em 1991, reduzindo para 43,5% em 2000 – índice ainda muito elevado, o que mostra que no Brasil a média de anos de escolaridade deve ser muito baixa, como poderá ser constatado no próximo item.

Diferentemente do que se observou para outros indicadores, a taxa de analfabetismo funcional manteve praticamente a mesma razão brancos/negros nos dois analisados.

Tabela 7

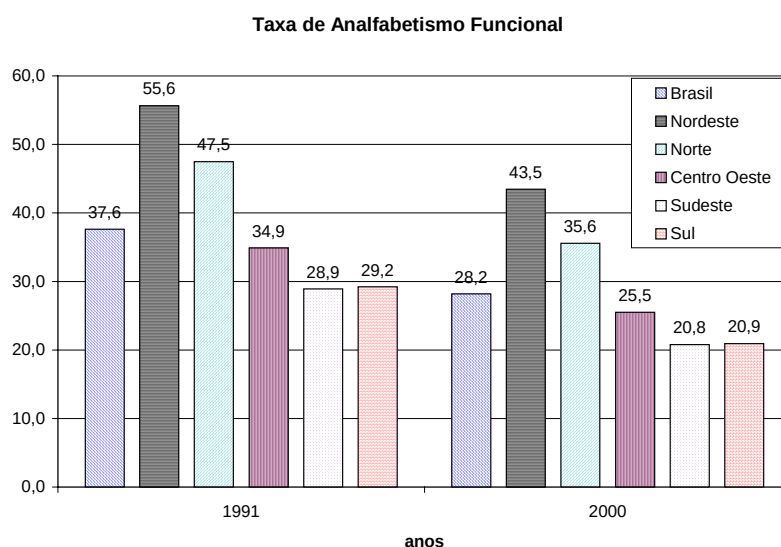
Taxa de Analfabetismo Funcional em 1991 e 2000
Brasil, Regiões e Unidades da Federação

Unidade da Federação / Região	Taxa de Analfabetismo Funcional (menos de 4 de estudo para pessoas acima de 15 anos)					
	1991			2000		
	Brancos	Negros	Total	Brancos	Negros	Total
Brasil	28,04	48,89	37,64	21,21	36,92	28,20
Distrito Federal	13,98	25,43	20,10	10,25	17,67	13,99
Goiás	30,61	42,73	36,97	23,11	32,31	27,63
Mato Grosso	32,40	45,23	40,12	22,99	32,70	28,62
Mato Grosso do Sul	32,04	44,32	38,12	22,99	33,74	28,25
Centro Oeste	28,36	40,54	34,91	20,78	29,92	25,49
Alagoas	46,40	64,27	59,21	39,79	54,65	49,55
Bahia	47,19	59,97	57,30	36,97	45,56	43,35
Ceará	45,51	60,85	56,29	35,31	47,52	42,96
Maranhão	50,11	63,51	60,71	40,00	50,19	47,50
Paraíba	48,20	63,32	57,80	38,93	52,77	46,89
Pernambuco	38,67	52,37	47,80	31,65	42,48	38,03
Piauí	50,97	63,46	60,64	40,52	51,81	48,78
Rio Grande do Norte	41,07	55,36	50,29	31,77	43,56	38,59
Sergipe	43,20	56,81	53,13	34,69	45,68	42,20
Nordeste	44,97	59,63	55,64	35,89	47,22	43,45
Acre	41,18	58,29	54,55	35,36	43,30	41,49
Amapá	27,56	38,22	36,21	20,97	28,41	26,68
Amazonas	27,88	45,83	43,85	21,76	33,84	32,23
Pará	37,00	51,83	48,71	29,59	40,66	37,92
Rondônia	39,09	47,18	44,07	28,66	34,80	32,27
Roraima	26,45	40,94	41,36	18,99	27,40	27,16
Tocantins	42,23	59,25	55,14	28,84	41,71	37,95
Norte	36,19	50,45	47,50	27,64	38,10	35,57
Espírito Santo	29,13	40,15	34,71	20,72	28,86	24,79
Minas Gerais	30,20	45,10	37,25	21,76	33,15	26,94
Rio de Janeiro	18,43	30,28	23,76	14,48	23,04	18,27
São Paulo	23,50	36,00	26,64	16,35	24,80	18,59
Sudeste	24,06	37,68	28,90	17,28	27,15	20,80
Paraná	31,91	49,15	35,78	22,11	35,71	25,00
Rio Grande do Sul	23,19	39,13	25,22	16,75	28,54	18,29
Santa Catarina	23,74	41,02	25,43	17,50	29,90	18,76
Sul	26,26	44,86	29,21	18,76	32,52	20,90

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

¹⁰ É comum a crítica de que saber apenas ler e escrever um simples bilhete (definição usual dos relatórios do PNUD) não define que a pessoa seja alfabetizada, podendo inclusive nunca ter sentado num banco de escola. Muitos analistas consideram que a alfabetização só pode ser concluída com pelo menos 4 anos de estudo. Portanto, este índice apresenta uma informação mais refinada do conceito de analfabetismo.

Gráfico 4



3.5. ANOS DE ESCOLARIDADE

Um indicador que representa bem o nível de escolaridade de um país/região é a média de anos de estudos. Este índice sintetiza várias informações tais como: analfabetismo *versus* presença na escola, qualificação da mão-de-obra, nível educacional da população; e representa a média de anos de escolaridade da população acima de 25 anos de idade.

A Tabela 8 e os Gráficos 5 e 6 resumem a informação para o Brasil e as regiões, bem como a diferenciação entre raças. Pode-se observar que a média de anos de estudo para o Brasil e regiões aumentou na década de 90, entretanto ainda se mantém em níveis baixos se comparados a países desenvolvidos. A média do Brasil foi 4,87 anos em 1991, passando para 5,87 anos em 2000, bem aquém da média internacional de países desenvolvidos que aponta para índices acima de dois dígitos.

Contudo, a desigualdade entre estados e regiões é muito acentuada. Um exemplo dessa questão é que enquanto o Distrito Federal apresentava 7,43 anos em 1991 (8,25 anos em 2000), os estados do Maranhão e Piauí apresentavam apenas 2,82 e 2,92 anos em 1991 (3,97 e 3,95 anos em 2000), respectivamente.

Além disso, a desigualdade de anos de estudo para raças é muito acentuada, mas ocorreu uma redução considerável na década de 90. Os indivíduos brancos tinham 63% mais anos de estudo que os negros em 1991, reduzindo a diferença para 45% em 2000; ver Gráfico 6. É curioso observar que em média, na década de 90, aumentou-se 1 ano de estudo. Contudo,

para brancos o aumento, em média, foi um pouco menor que 1 ano e para negros um pouco maior que 1 ano de estudo.

Tabela 8

Anos de Escolaridade em 1991 e 2000
Brasil, Regiões e Unidades da Federação

Unidade da Federação / Região	Anos de Escolaridade (população acima de 25 anos)					
	1991			2000		
	Branco	Negro	Total	Branco	Negro	Total
Brasil	5,85	3,59	4,87	6,76	4,66	5,87
Distrito Federal	8,88	6,01	7,43	9,41	7,03	8,25
Goiás	5,51	3,96	4,71	6,39	4,86	5,66
Mato Grosso	5,21	3,70	4,33	6,29	4,85	5,50
Mato Grosso do Sul	5,42	3,84	4,70	6,51	4,77	5,73
Centro Oeste	6,02	4,23	5,10	6,92	5,23	6,10
Alagoas	4,56	2,51	3,10	5,34	3,45	4,11
Bahia	4,67	2,97	3,35	5,46	4,09	4,46
Ceará	4,64	2,86	3,40	5,46	3,78	4,42
Maranhão	3,93	2,52	2,82	4,94	3,61	3,97
Paraíba	4,44	2,71	3,36	5,30	3,59	4,33
Pernambuco	5,30	3,37	4,04	6,05	4,34	5,05
Piauí	4,01	2,59	2,92	4,98	3,56	3,95
Rio Grande do Norte	4,92	3,17	3,80	5,90	4,25	4,95
Sergipe	4,84	3,21	3,67	5,66	4,23	4,69
Nordeste	4,70	2,92	3,42	5,54	3,94	4,48
Acre	5,12	3,12	3,58	5,55	4,24	4,59
Amapá	6,15	4,48	4,82	7,04	5,72	6,05
Amazonas	6,40	4,04	4,39	7,07	5,18	5,55
Pará	5,35	3,63	4,01	6,09	4,62	5,01
Rondônia	4,47	3,47	3,87	5,38	4,45	4,86
Roraima	6,09	4,14	4,31	7,11	5,42	5,68
Tocantins	4,31	2,66	3,08	5,85	4,13	4,66
Norte	5,26	3,62	3,99	6,15	4,72	5,10
Espírito Santo	5,57	4,09	4,85	6,62	5,13	5,90
Minas Gerais	5,52	3,58	4,63	6,46	4,55	5,62
Rio de Janeiro	7,46	5,16	6,49	8,14	6,03	7,24
São Paulo	6,22	4,16	5,76	7,32	5,38	6,85
Sudeste	6,31	4,24	5,62	7,27	5,28	6,60
Paraná	5,20	3,15	4,77	6,38	4,36	5,98
Rio Grande do Sul	5,72	3,90	5,50	6,62	4,97	6,42
Santa Catarina	5,40	3,61	5,24	6,36	4,68	6,20
Sul	5,48	3,46	5,18	6,48	4,61	6,21

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Gráfico 5

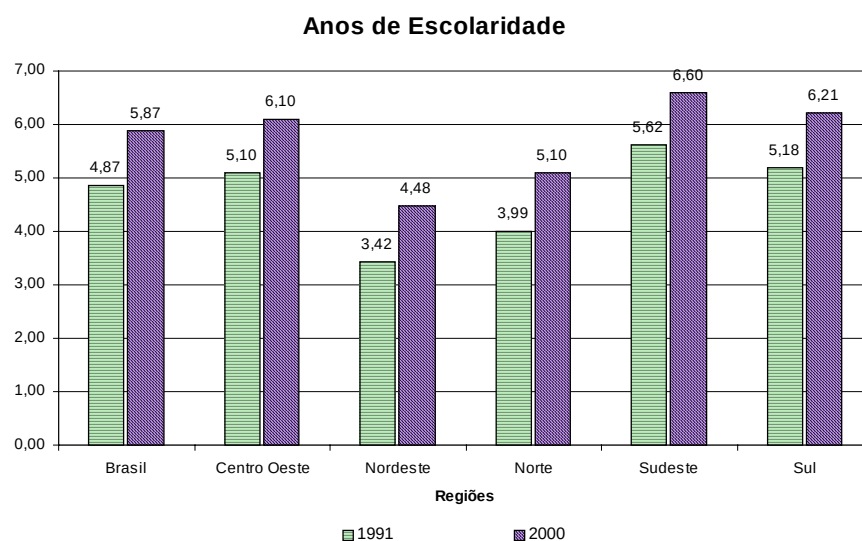
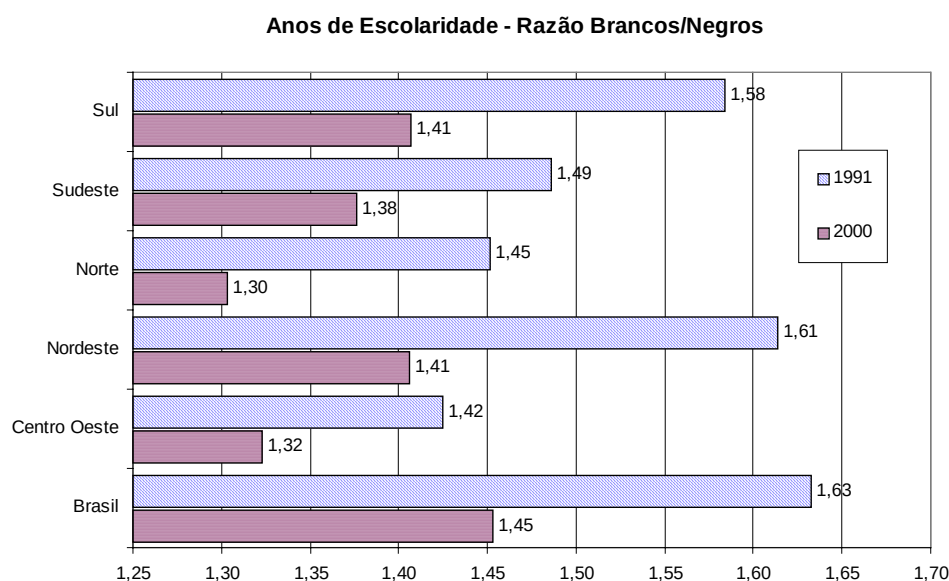


Gráfico 6



3.6. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - EDUCAÇÃO

O Índice de Desenvolvimento Humano-Educação (IDH-Educação) é calculado como uma média ponderada entre dois outros índices. A composição é de 2/3 para o índice de Alfabetização de adultos e 1/3 para a Taxa bruta de frequência à escola. Como estas duas medidas apresentaram uma melhora considerável é previsível verificar que o IDH-Educação também capte esta melhora, como também o fato de redução das desigualdades regionais e raciais com respeito à educação. A Tabela 10 apresenta a evolução do IDH-E na década de 90.

O Brasil melhorou em mais de 10 pontos o índice, com destaque para a região Nordeste que aumentou em 16 pontos. As posições relativas dos estados pouco se alteraram, mas a desigualdade reduziu. O Estado de Alagoas, que apresentou pior índice em 1991, continua sendo o pior em 2000 (0,535 e 0,703, respectivamente). Comportamento semelhante ao estado de Alagoas pode ser observado para a região Nordeste como um todo, ou seja, era o pior índice de IDH-Educação em 1991 (0,606) e continua sendo a pior em 2000 (0,762).

A desigualdade entre raças que era de 15 pontos reduziu para menos de 10 pontos no período de 1991 a 2000. Ou seja, a razão de brancos/negros variou de 1,23 para 1,12 entre 1991 e 2000; ver Gráfico 7.

É interessante observar que a região Sul, que ocupava o 2º lugar, passa a ocupar o 1º em 2000, invertendo a posição com o Sudeste. Este resultado foi construído principalmente

por causa da maior elevação da Taxa Bruta de Frequência à Escola na região Sul em comparação à região Sudeste; ver Tabela 4.

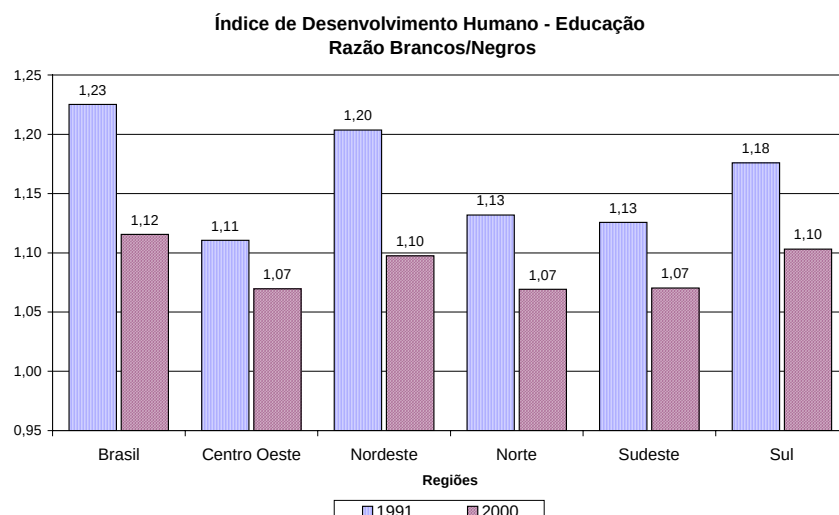
Tabela 9

Índice de Desenvolvimento Humano – Educação em 1991 e 2000
Brasil, Regiões e Unidades da Federação

Unidade da Federação / Regiões	Índice de Desenvolvimento Humano - Educação (IDH- Educação)					
	1991			2000		
	Brancos	Negros	Total	Brancos	Negros	Total
BRASIL	0.816	0.666	0.745	0.891	0.799	0.849
Distrito Federal	0.906	0.829	0.864	0.962	0.910	0.935
Goiás	0.809	0.727	0.765	0.895	0.837	0.866
Mato Grosso	0.791	0.710	0.741	0.898	0.834	0.860
Mato Grosso do Sul	0.816	0.733	0.773	0.897	0.832	0.864
Centro Oeste	0.824	0.742	0.778	0.908	0.849	0.877
Alagoas	0.653	0.490	0.535	0.773	0.667	0.703
Bahia	0.697	0.595	0.615	0.824	0.771	0.785
Ceará	0.696	0.566	0.604	0.826	0.741	0.772
Maranhão	0.658	0.551	0.572	0.786	0.722	0.738
Paraíba	0.664	0.526	0.575	0.792	0.696	0.737
Pernambuco	0.720	0.607	0.644	0.813	0.738	0.768
Piauí	0.653	0.565	0.585	0.789	0.709	0.730
Rio Grande do Norte	0.723	0.599	0.642	0.829	0.744	0.779
Sergipe	0.708	0.601	0.630	0.818	0.749	0.771
Nordeste	0.692	0.575	0.606	0.811	0.739	0.762
Acre	0.731	0.596	0.623	0.792	0.750	0.757
Amapá	0.806	0.745	0.756	0.908	0.873	0.881
Amazonas	0.808	0.700	0.707	0.879	0.808	0.813
Pará	0.783	0.692	0.710	0.856	0.802	0.815
Rondônia	0.759	0.703	0.724	0.859	0.815	0.833
Roraima	0.862	0.770	0.751	0.915	0.872	0.865
Tocantins	0.753	0.639	0.665	0.877	0.807	0.826
Norte	0.779	0.689	0.705	0.863	0.807	0.818
Espírito Santo	0.803	0.727	0.763	0.881	0.829	0.855
Minas Gerais	0.800	0.699	0.751	0.882	0.813	0.850
Rio de Janeiro	0.877	0.792	0.837	0.926	0.873	0.902
São Paulo	0.857	0.778	0.837	0.915	0.865	0.901
Sudeste	0.847	0.753	0.812	0.908	0.849	0.886
Paraná	0.805	0.687	0.778	0.898	0.813	0.879
Rio Grande do Sul	0.842	0.730	0.827	0.914	0.840	0.904
Santa Catarina	0.821	0.689	0.808	0.915	0.827	0.906
Sul	0.824	0.701	0.804	0.909	0.824	0.895

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003.

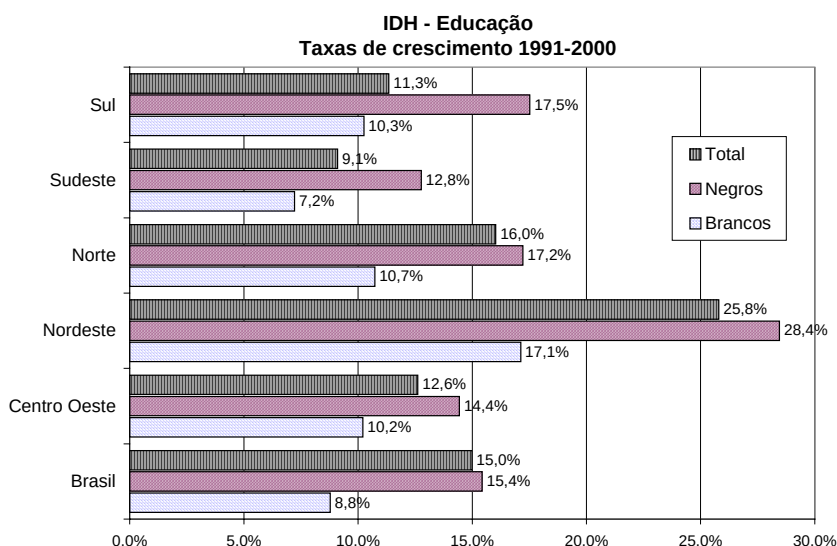
Gráfico 7



O IDH-Educação pode ser visto como um índice de bem-estar da população com respeito à componente educação. Avaliando a taxa de crescimento desse índice na década de 90, conforme apresentada no Gráfico 8, pode-se ter uma visão das melhorias incorporadas pelo Brasil através das políticas educacionais implementadas nesse período.

Em termos absolutos, a região Nordeste foi a que mais evoluiu, aumentando o índice em 25,8% entre 1991 e 2000. Além disso, o IDH-Educação para negros e brancos também tiveram o maior crescimento nessa região (28,4% e 17,1%, respectivamente). Contudo, como mostrado acima, ainda persistem desigualdades relevantes, o que mantém a região ainda como a menos desenvolvida, no componente educação, do país.

Gráfico 8



Em suma, pode ser visto que os esforços de políticas públicas no sentido de melhorar o nível de educação no Brasil, na última década, tiveram resultados relevantes, seja no aumento absoluto nos índices de performance educacional ou na redução de desigualdades regionais e raciais. No entanto, percebe-se a manutenção de desigualdades nos referidos indicadores, seja com uma comparação internacional, ou desigualdade interna, o que abre espaço para políticas públicas sobre o setor.

4. PERSPECTIVAS DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO

Em síntese pode-se relacionar com um relativo grau de acerto os resultados obtidos com a política educacional no período à tomada de decisões no plano federal.

Antes porém é importante ressaltar que a década de 90 experimentou um processo de inflexão na estrutura gestora do sistema educacional nacional. Se os anos 70 foram marcados

por uma gestão centralizadora, autoritária e permeada de sistemática interferência política, nos anos 80, como reflexo do processo de redemocratização, esse sistema passa a sofrer fortes pressões para mudar a dinâmica do passado. A reformulação do sistema sinalizou a existência de uma forte pressão para aumento dos recursos alocados para o setor. Concretamente, as mudanças iniciaram com a volta da vinculação de impostos destinados à educação – Emenda Calmon – e acelerou-se após a promulgação da Constituição de 1988.

O processo de inflexão na política educacional aprofundou nos anos 90. Entretanto, a despeito da continuidade do processo de descentralização e melhoria na gestão, na crise econômica porque passou a economia nacional nos primeiros anos da década nem mesmo a vinculação de recursos à rubrica educação foi suficiente para evitar uma deterioração dos recursos alocados ao setor.

A despeito dos resultados positivos e do reconhecimento das inovações no campo da política educacional ao longo da década de 90, ainda existem gargalos fundamentais a serem vencidos, que podem ser constatados nos dados analisados no tópico anterior desse relatório. Assim sendo, para manter a trajetória iniciada nos anos 80, e reforçada nos anos 90 deve-se, ainda mais, pressionar os atores envolvidos nesse processo de mudança estrutural no foco das políticas educacionais.

A projeção de cumprimento dos objetivos do milênio, nesse trabalho, parte da hipótese de que mantida a política de alocação de recursos para o setor educação nos níveis da década de 90, os objetivos do milênio para o ensino básico universal seriam cumpridas com relativa folga até 2015. Para ilustrar essa perspectiva, projetou-se o Índice de Desenvolvimento Humano / Educação para o ano de 2015, tendo como hipótese que em 15 anos (de 2000 a 2015) o país irá melhorar o índice a metade da taxa de crescimento verificada no período de 1991 a 2000.

A Tabela 10 apresenta essas estimativas. Para os dados de 2000, o Brasil ocupa a 73ª posição no ranking mundial, no grupo de países de médio desenvolvimento humano. Dada a hipótese acima, o Brasil apresentaria em 2015 um IDH-Educação de 0,91, valor esse comparável a países que em 2000 ocupam posições próximas ao 30º lugar no índice de Educação, como por exemplo: Israel, Grécia, Barbados, Argentina, Eslováquia, Chile e Uruguai.¹¹ Além disso, o Nordeste apresentou IDH-Educação em 2000 comparável a países como Samoa, El Salvador, Guiné Equatorial, Gabão, Congo e Botsuana, projetando um índice

¹¹ Ver *Human Development Reports/2003* do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas no site <http://hdr.undp.org/reports/global/2002/en/indicator/>.

para 2015 de 0,86, comparável a países próximo à 60ª posição em 2000, tais como: Costa Rica, Argélia e Vietnã.

Adotando a mesma hipótese, projeta-se uma manutenção da redução das desigualdades regional e racial conforme apresentado na Tabela 10.

Tabela 10

Projeção do Índice de Desenvolvimento Humano para 2015
Brasil e Regiões

Brasil / Regiões	Projeção IDH-Educação para 2015 (*)			Razão Brancos/Negros
	Brancos	Negros	Total	
Brasil	0,93	0,86	0,91	1,08
Centro Oeste	0,95	0,91	0,93	1,05
Nordeste	0,88	0,84	0,86	1,04
Norte	0,91	0,88	0,88	1,04
Sudeste	0,94	0,90	0,93	1,04
Sul	0,96	0,90	0,95	1,07
Razão Maior/Menor	1,09	1,08	1,10	

(*) hipótese: em 15 anos crescer a metade do que cresceu no período 1991-2000

Visto que a partir da hipótese adotada o cumprimento dos objetivos do Milênio seria plenamente factível no prazo proposto, cabe ainda ressaltar uma questão importante. Caso fossem mantidas algumas práticas passadas de políticas de intervenção regional no setor, ocorreriam mudanças significativas nos indicadores de educação, mas haveria a possibilidade desse processo ser acompanhado ou sinalizar a manutenção dos desequilíbrios regionais cristalizados anteriormente, o que poderia reduzir o impacto significativo da universalização dos objetivos para o país.

5. CONCLUSÃO

Este artigo apresenta a evolução dos indicadores educacionais na década de 90 dentro do Objetivo 2/Atingir o ensino básico universal, do PNUD, de acordo com a meta de garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico. De acordo com os indicadores apresentados, a década de 90 apresentou uma melhora sensível na questão educacional, muito em função da política educacional centralizada pelo governo federal. O IDH-Educação sintetiza este ganho, mostrando uma melhora de todas as regiões e unidades da federação. Esta melhora foi mais significativa nas regiões que apresentavam os menores indicadores em 1991, resultando numa redução da desigualdade regional na questão educacional. Observou-se ainda uma redução da desigualdade de raça em vários indicadores.

Embora menores, as desigualdades no Brasil ainda são questões fundamentais que merecem foco das políticas públicas. Um indicador que deixa claro este fato é a média de anos de estudo, conforme tabela 8. O aumento do Nordeste e dos negros para este indicador foi maior, porém ainda convivemos com uma distância considerável entre Nordeste e Sudeste/Sul e entre brancos e negros.

Como sugestão de reorientação do foco das políticas públicas educacionais no Brasil, deve o governo federal repensar sua política de intervenção para com a faixa etária de 18 a 25 anos. Considerando a educação como um requerimento de cidadania e como um bem economicamente estratégico, esse segmento de jovens de 18 a 25 anos deve merecer atenção prioritária nos próximos anos. Com isso, o governo federal estaria resgatando uma dívida social com esse grupo de jovens que pagaram um preço muito alto pelas experiências de estabilização implementadas ao longo da década de 90.

REFERÊNCIAS

- Atlas do Desenvolvimento Humano 2003, Fundação João Pinheiro (FJP-MG), 2003.
- Beltrão, Kaizô I., Camarano, Ana A. e Kanso, Solange (2002). Ensino Fundamental: Diferenças Regionais. **IPEA**, TD nº 935, RJ, 2002.
- Barros, Ricardo P. e Mendonça, Rosane (1998). O Impacto de Três Inovações Institucionais na Educação Brasileira. **IPEA**, TD nº 566, Rio de Janeiro, 1998.
- Barros, Ricardo P.; Mendonça, Rosane; Santos, Daniel D. e Quintães, Giovani (2001). Determinantes do Desempenho Educacional no Brasil. **IPEA**, TD nº 834, RJ, 2001.
- Castro, Jorge A. (1998). O Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (FUNDEF) e seu Impacto no Financiamento do Ensino Fundamental. **IPEA**, TD nº 604, Brasília, 1998.
- Castro, Jorge A., Barreto, Ângela R. e Corbucci, Paulo R. (2000) A Reestruturação das Políticas Federais para o Ensino fundamental: Descentralização e novos mecanismos de Gestão. **IPEA**, TD nº 745, RJ, 2000.
- Castro, Jorge A. (2000). Avaliação do Processo de Gasto Público do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **IPEA**, TD nº 760, RJ, 2000.
- Castro, Jorge A. e Menezes, Raul M. (2003). Avanços e Limites na Gestão da Política Federal de Ensino Fundamental nos Anos 90. **IPEA**, TD nº 947, Brasília, 2003.
- Censos IBGE, 1991 e 2000.
- Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada - IPEA (2002). “Políticas Sociais - acompanhamento e análise”, Relatório IPEA, nº 5 de agosto de 2002.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2003). “Qualidade da Educação: Uma nova leitura do Desempenho dos Estudantes da 8ª Série do Ensino Fundamental”, INEP, dezembro de 2003.
- Human Development Reports – 2003, UNPD.
- Relatório do Desenvolvimento Humano 2003 do PNUD.
- Romanelli, Otaíza O. (2002). **História da Educação no Brasil**. Ed. Vozes, 27ª Edição, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2002.
- Soares, Sergei e Lim, Adriana F. (2002). A mensuração da Educação nas PNAD's da década de 1990. **IPEA**, TD nº 928, RJ, 2002.
- Soares, Sergei, Carvalho, Luíza e Kipnis, Bernardo (2003). Os Jovens Adultos de 18 a 25 anos: Retrato de uma dívida da política. **IPEA**, TD nº 954, RJ, 2003.